



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS  
GABINETE DO PREFEITO**

**LEI Nº 842/2025**

**EM, 10 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**EMENTA: DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS E ECONÔMICOS PARA O MUNICÍPIO DE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, bem como na Lei Municipal nº 639/2017 (Código Tributário Municipal de Riacho dos Cavalos/PB), faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituída a Política Municipal de Incentivos Fiscais e Econômicos no Município de, com o objetivo de atrair novas empresas, estimular a expansão de empreendimentos existentes, fomentar o desenvolvimento econômico e gerar emprego e renda.

**Parágrafo Único** – Os incentivos fiscais e econômicos previstos nesta Lei encontram fundamento direto e específico na Lei Municipal nº 639/2017 – Código Tributário Municipal de Riacho dos Cavalos/PB.

**Art. 2º** Poderão ser concedidos, no todo ou em parte, os seguintes incentivos:

**I** - Incentivos Fiscais: a) Redução da alíquota do ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) para 2% (dois por cento) em favor das empresas que se instalem ou ampliem suas atividades no Município, desde que garantam o mínimo de 08 (oito) postos de trabalhos, devidamente formalizados. A perda posterior da referida condição imposta para o incentivo fiscal, ensejará o cancelamento do benefício, podendo haver a constituição de dívida ativa em desfavor do beneficiário, que deverá restituir os cofres públicos, sob pena de execução fiscal;

**II** - Redução do IPTU, no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor devido, por um período de 5 (cinco) anos, para imóveis utilizados, exclusivamente, para novos empreendimentos, a contar da data da expedição



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS  
GABINETE DO PREFEITO**

do alvará de localização e funcionamento.

**Art. 3º** Os incentivos fiscais serão concedidos mediante aprovação de requerimento apresentado pela empresa interessada, contendo:

- I. Estudo de viabilidade econômica;
- II. Projeção de faturamento e geração de empregos;
- III. Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista;
- IV. Cronograma de execução do projeto.

**Art. 4º** A concessão dos incentivos será condicionada à criação de empregos locais, devendo a empresa beneficiada garantir que, no mínimo, 2/3 (dois terços) das contratações sejam de cidadãos do Município de Riacho dos Cavalos-PB.

**Art. 5º** Fica criado o Comitê Municipal de Incentivos Fiscais, composto por representantes do Poder Executivo, para analisar e deliberar sobre os pedidos de incentivos previstos nesta Lei, integrantes das seguintes secretarias:

- I - Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
- II - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo;
- III - Secretaria Municipal de Assistência Social;
- IV - Setor de Engenharia;
- V - Diretoria de Tributos;
- VI - Contadoria do Município;
- VII - Procuradoria Jurídica do Município;

§ 1º O Comitê será presidido pelo Secretário de Administração e Finanças, reunindo-se sempre que necessário, por sua convocação, sendo secretariado por qualquer dos demais membros, indicados pelo presidente;

§ 2º O quórum mínimo para instalação da reunião será de 50% (cinquenta por cento) dos membros;

§ 3º A deliberação será por maioria simples de seus membros, cabendo ao Presidente o voto qualificado, em caso de empate;

§ 4º O deferimento dos pedidos de benefícios será justificado em parecer



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS  
GABINETE DO PREFEITO**

fundamentado do relator designado pelo Presidente, com o auxílio do Grupo Técnico;

§ 5º Compete ao Grupo Técnico de Benefícios Fiscais a análise documental e parecer sobre a potencialidade econômica do empreendimento, a fim de viabilizar ao Comitê a análise e deferimento dos incentivos;

§ 6º Se necessário, para dirimir as eventuais dúvidas surgidas no processo de análise dos pedidos, serão instados a se manifestar os órgãos técnicos da Prefeitura Municipal;

§ 7º Os membros que compõe o Comitê poderão indicar 1 (um) suplente para substituí-lo em suas ausências;

§ 8º Para a avaliação dos pedidos de incentivos poderão ser requisitados documentos, realizadas visitas in loco e solicitadas informações fiscais e previdenciárias;

§ 9ª O deferimento do pedido pelo Comitê indicará o incentivo fiscal concedido ao empreendimento e a contrapartida social prevista no art. 3º desta Lei;

§ 10 Poderão ser convidados membros com notório saber vinculados a setor do requerente.

**Art. 6º** Para a obtenção de incentivos fiscais, as empresas e empreendimentos deverão comprovar regularidade perante a Administração Municipal.

**Art. 7ª** É vedado às empresas e empreendimentos beneficiados com incentivos fiscais, contemplados nesta Lei, transferir, abandonar ou desativar a unidade instalada no Município ou o empreendimento, antes de decorrido tempo igual ao de gozo do benefício, sob pena de lançamento dos tributos e multa correspondente ao valor do tributo não arrecadado e desfazimento da cessão de bem imóvel, feita pelo Poder Público como incentivo econômico.

**Art. 8º** Cessarão os incentivos concedidos com base na presente Lei as empresas e empreendimentos que venham a praticar qualquer espécie de ilícito,



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS  
GABINETE DO PREFEITO**

como fraude, sonegação ou agressão ambiental; ou desrespeitar o previsto na Legislação Municipal, devendo recolher aos cofres públicos municipais o valor correspondente aos benefícios obtidos, devidamente corrigidos e acrescidos de juros legais.

§ 1º O valor devido será atualizado monetariamente por índice oficial desde a data da sua concessão até o retomo aos cofres públicos e poderá ser parcelado, de acordo com legislação específica a ser editada.

§ 2º Comprovada a má fé na utilização dos incentivos deferidos com base nesta lei, o Poder Público Municipal exigirá a imediata reposição do montante concedido a título de incentivo previsto na legislação municipal, acrescido de multa de 10% (dez por cento), incidente sobre o total, sem prejuízo de outras penalidades legais cabíveis.

**Art. 9º** São abrangidas por esta Lei os empreendimentos que estiverem em fase de instalação, que ainda não possuírem alvará de licenciamento da atividade, na data de sua publicação.

**Art.10º** Esta Lei poderá ser regulamentada por Decreto do Poder Executivo Municipal, detalhando normas, definindo conceitos e procedimentos para a obtenção dos incentivos fiscais e econômicos.

**Art. 11º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 12º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Riacho dos Cavalos/PB,

10 de dezembro de 2025.

**Arthur Vieira Carneiro**

Prefeito Constitucional do Município de Riacho dos Cavalos